

MATÉRIAS EM DESTAQUE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pauta da Sessão dia: 07/05/2024, às 10h

ENTRA NA PAUTA DA CCJ

1 – PL 36/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes - PSD

Relator: Deputado Volnei Weber – MDB

Entra em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa a proposta que pretende fazer ajustes de técnica legislativa na Lei n. 18.853/2023, já vigente no Estado.

A lei aprovada obriga as empresas concessionárias do serviço público de transporte hidroviário, fluvial, lacustre ou marítimo (balsa, *ferryboat*, canoa ou similar) a permitir pagamento via PIX, cartão de débito ou crédito. Caso contrário, terá que oferecer a passagem gratuita ao passageiro.

A alteração prevê a retirada da expressão “rodovia” do texto com o objetivo de impedir que as empresas argumentem que a lei não se aplica à elas por não existir uma rodovia para fazer o transporte de passageiros.

2 – PL 529/2023

Autor: Mesa Diretora da ALESC

Relator: Deputada Ana Campagnolo – PL

Entra na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei instituindo o Fórum de Licenciaturas, composto por representantes das universidades estaduais e da Secretaria de Educação (SED).

O objetivo do Fórum será a promoção e adequação curricular das licenciaturas às diretrizes educacionais estabelecidas na Proposta Curricular de Santa Catarina, de 2014, e no Currículo Base de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio no território catarinense.

Dentre as atribuições do Fórum, estão: a proposição de diretrizes para a adaptação dos currículos dos cursos de licenciatura às diretrizes educacionais; a promoção de debates entre os representantes das universidades e da SED, visando à construção de propostas conjuntas para o aperfeiçoamento dos professores; elaboração de recomendações para a inserção de conteúdos relacionados à educação básica e às diretrizes educacionais nos cursos de licenciatura; apresentação de relatórios periódicos ao Conselho Estadual de Educação acerca das atividades e resultados alcançados, dentre outras.

O Fórum das Licenciaturas será composto por 24 membros: 6 representantes indicados pelas universidades públicas, 6 pelas universidades privadas, 6 pela Secretaria de Educação e 6 representantes pelas entidades ligadas à educação e formação dos professores, indicados por consulta pública.

A reunião do Fórum das Licenciaturas deverá ocorrer mensalmente.

Já o cidadão poderá acessar o Cadastro somente em relação ao nome e foto das pessoas cadastradas e até que estas obtenham a reabilitação judicial.

3 – PL 97/2024

Autor: Deputada Ana Campagnolo - PL

Relator: Deputado Volnei Weber - MDB

Está sendo discutida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a proposta que busca obrigar a rede pública estadual de saúde a oferecer capacitação em Manobras de Heimlich à população em geral.

A técnica é utilizada em casos de emergência por asfixia provocada por pedaços de comida ou outros corpos estranhos que fiquem presos nas vias respiratórias e impeçam a pessoa de respirar, sendo reconhecidamente eficaz para salvar vidas.

4 – PL 21/2024

Autor: Deputado Jessé Lopes - PL

Relator: Deputado Napoleão Bernardes - PSD

Está sendo discutido pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto que altera a Lei n. 17.762/2019, a qual dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Pela regra atual, a isenção do ICMS concedida ao bem ou mercadoria vinda de países membros do MERCOSUL, com entrada no Brasil ocorra por via terrestre, está condicionada ao desembarço nos portos secos ou zonas alfandegárias de Santa Catarina.

A alteração legislativa proposta busca garantir a isenção do ICMS também aos produtos cujo desembarço aduaneiro tenha sido feito em outro estado, desde que tenha autorização expressa da Secretaria do Estado da Fazenda.

5 – PRS 1/2024

Autor: Deputado Vicente Caropreso - PSDB

Relator: Deputado Fabiano da Luz - PT

Está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto instituindo o Prêmio Asas da Inclusão, a ser concedido a pessoas públicas, privadas ou entidades do terceiro setor que tiverem contribuindo ativamente na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente aos relacionados ao emprego, trabalho e renda.

A premiação será concedida pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência a cada dois anos. Os indicados ao prêmio deverão ter preenchido de 2% a 5% dos cargos de seu estabelecimento com pessoas reabilitadas ou com deficiência.

6 – PEC 2/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes - PSD

Relator: Deputado Camilo Martins – PODEMOS

Está sendo debatida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a proposta de emenda à Constituição Estadual com a

finalidade de possibilitar a inclusão da “autorização” como forma de delegação de serviço público de transportes no estado. Diferentemente da “concessão”, a “autorização” de serviço público é um ato administrativo pelo qual o poder público delega a execução de um serviço para terceiros, mas sem prazo certo e determinado, possibilitando o seu desfazimento a qualquer momento.

A mudança legislativa busca uma modalidade mais dinâmica na gestão do transporte público, possibilitando operações mais ágeis na captação e instalação de novas alternativas.

Outra alteração diz respeito à inclusão do transporte aquaviário dentre as delegações, formalizando e reconhecendo as operações já em atividade. A mudança vai possibilitar a atuação do poder público no acompanhamento e fiscalização dessas operações.

7 – PL 100/2024

Autor: Deputada Ana Campagnolo - PL

Relator: Deputado Camilo Martins – PODEMOS

Está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei que estabelece regras sobre a denominação de produtos de origem de proteína vegetal ou proteína animal sintética.

Nos termos da proposta, os produtos que contenham proteínas vegetais não poderão usar denominação associada às de produtos de origem animal e seus derivados.

O projeto proíbe que na publicidade e propaganda desses produtos se faça uso de embalagens, etiquetas ou qualquer outro material indicando ou sugerindo que se trata de um alimento de origem animal.

A justificativa do projeto relata que a proposta se baseia no fato de que as proteínas de origem animal são ricas em todos os aminoácidos essenciais, o que as torna um alimento completo, e que as proteínas vegetais, frequentemente, carecem de um ou mais aminoácidos essenciais, exigindo suplementação dietética, sob pena de lacuna nutricional.

Os estabelecimentos que estiverem na posse de produtos em desacordo com o regramento podem ser penalizados com a perda do alvará sanitário e multa de R\$80 mil por descumprimento verificado, a ser revertida ao Programa Fomenta Agro SC.

8 – PL 84/2024

Autor: Deputado Marquito - PSOL

Relator: Deputado Marcius Machado - PL

Está em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto alterando o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei n. 14.675/2009). A proposição visa proibir o uso de caminhões compactadores na coleta de resíduos sólidos urbanos.

A alteração justifica que a compactação inviabiliza a reciclagem dos resíduos sólidos, misturando materiais recicláveis aos resíduos orgânicos, e destinando todo material para aterros sanitários na condição de rejeito.

De acordo com a proposta, a coleta de resíduos sólidos deverá ser feita por caminhões “tipo baú” ou “gaiola”, nos quais os materiais são apenas depositados, sem que haja compactação do material.

9 – PL 71/2024

Autor: Deputado Marcius Machado - PL

Relator: Deputado Fabiano da Luz – PT

Entra em debate na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto que visa obrigar as escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio do estado a conscientizar alunos a respeito dos direitos dos animais.

Outra inovação pretendida no ambiente escolar diz respeito ao debate sobre a castração como meio eficaz para o controle populacional dos animais.

A proposta destaca estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS), que apontam a castração como método de redução do câncer de mama nas fêmeas e de próstata nos machos, além de ser eficiente no combate aos problemas ambientais surgidos em razão do abandono de ninhadas não desejadas e aumento de animais nas ruas.

SEGUE NA PAUTA

1 – PL 525/2023

Autor: MESA da Alesc

Relator: Deputada Ana Campagnolo – PL

Segue na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei apresentado pela Mesa Diretora do Parlamento que institui o Sistema Estadual de Acompanhamento, Monitoramento e Gestão Permanente para Ações de Combate à Violência nas Escolas – SEAMGV.

Dentre as principais finalidades do referido Sistema, estão: I) o compartilhamento de informações e situações indicativas de violência escolar entre as escolas e os órgãos de segurança pública e II) indicação quantitativa e qualitativa dos fatos, a fim de avaliar a incidência e a gravidade dos incidentes, possibilitando uma resposta mais eficaz e direcionada às ocorrências de violência no ambiente escolar da rede de ensino pública.

2 – PL 527/2023

Autor: MESA da Alesc

Relator: Deputada Ana Campagnolo – PL

Segue em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a proposta legislativa de iniciativa da MESA DIRETORA do Parlamento que pretende sejam instaladas câmeras de monitoramento nas escolas públicas estaduais, com o objetivo de potencializar a capacidade de resposta rápida diante de situações de violência no ambiente escolar.

3 - PL 521/2023

Autor: MESA da Alesc

Relator: Deputada Ana Campagnolo – PL

Continua em trâmite na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado a proposta da MESA DIRETORA do Parlamento que busca instituir o Programa “Agentes da Paz”, no âmbito da Secretaria Executiva de Cidadania e Cultura da Paz do Estado

Os interessados em participar do Programa terão acesso a cursos *on-line* voltados aos temas relacionados à cultura da paz, mediação de conflitos, direitos humanos, respeito à diversidade, comunicação não-violenta, além de outros assuntos correlatos.

4 – PL 526/2023

Autor: MESA da Alesc

Relator: Deputada Ana Campagnolo – PL

Continua em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei apresentado pela Mesa Diretora do Parlamento que institui o Programa Escola do Professor, voltado para o bem-estar emocional e saúde psicológica da categoria da rede pública de ensino.

De acordo com a proposta, aos professores será assegurado o desenvolvimento psicológico e social, em especial com a participação em atividades voltadas ao aprimoramento psicossocial.

5 - PL 489/2023

Autor: Deputado Marcos da Rosa – UNIÃO BRASIL

Relator: Deputado Pepê Collaço – PP

Segue em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a proposição legislativa que tem por finalidade instituir a Campanha “Turn Off”.

Nela será estimulada a redução do uso dos aparelhos celulares nas escolas públicas e privadas do estado, promovendo a interação social e o desenvolvimento de habilidades como o uso do senso crítico e a criatividade.

6 – PEC 5/2023

Autor: Deputado Napoleão Bernardes – PSD

Relator: Deputado Camilo Martins – PODEMOS

Segue em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a Proposta de Emenda à Constituição Estadual que tem por finalidade impor ao Poder Executivo Estadual o atendimento prioritário ao ensino público infantil nas ações relativas à segurança escolar, em razão da evidente vulnerabilidade financeira dos municípios.

A proposta de emenda à Constituição Estadual busca impedir a repetição dos fatos ocorridos recentemente na cidade de Blumenau, onde um homem invadiu uma creche escolar e matou quatro crianças.

7 - PL 381/2023

Autor: Deputado Nilson Berlanda - PL

Relator: Deputado Tiago Zilli – MDB

Permanece em análise pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina a proposta legislativa que busca garantir ao estudante do ensino regular com sintomatologia exacerbada do Transtorno do Espectro Autista (TEA) o direito a um segundo professor de turma.

A proposta legislativa em deliberação assegura ainda ao estudante com TEA o direito de levar a própria alimentação para a escola (pública e privada), de acordo com laudo médico ou nutricionista.